



JUSTIÇA FEDERAL
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em
07/03/2022

SESSÃO DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

SESSÃO DE JULGAMENTO VIRTUAL

14, 15 e 16 DE MARÇO DE 2022 - 09:00

Ministro HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS

001) 0000012-59.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Solicitações de Créditos Adicionais.

Partes: Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Referendo da Resolução CJF n. 749/2022, que dispõe sobre os prazos de abertura dos créditos adicionais autorizados pela Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022.

002) 0002086-15.2019.4.90.8000 - Processo Administrativo Comum

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Conselho da Justiça Federal (Interessado).

Descrição: Proposta de normativo que extingue, cria e remaneja funções comissionadas no âmbito da Secretaria do Conselho da Justiça Federal.

Ministro JORGE MUSSI

003) 0001437-02.2021.4.90.8000 - CGE - Inspeção

Tipo da Matéria: Inspeção.

Partes: Tribunal Regional Federal da 5ª Região (Interessado).

Descrição: Relatório da Inspeção Ordinária realizada no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no período de 13 a 17 de setembro de 2021.

Desembargador Federal MESSOD AZULAY

004) 0000086-95.2022.4.90.8000 - Procedimento Normativo

Tipo da Matéria: Proposta de ato normativo.

Partes: Associação dos Juízes Federais da 1ª Região - AJUFER (Requerente) e Justiça Federal (Interessada).

Descrição: Requerimento administrativo apresentado pela Associação de Juízes Federais da Primeira Região - AJUFER, com pedido de liminar, objetivando a alteração da regra constante do art. 1º, inciso I, da Resolução CJF n. 51/2009, para permitir a substituição de desembargadores federais por juízes federais convocados em período de férias igual ou inferior a vinte dias.

Juiz Federal **MIGUEL ÂNGELO DE ALVARENGA LOPES**

Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal



Autenticado eletronicamente por **Juiz Federal MIGUEL ÂNGELO ALVARENGA LOPES**,
Secretário-Geral, em 07/03/2022, às 18:43, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.cjf.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0314950** e o código CRC **4F31EAB0**.
